



ATA DE REUNIÃO N. 06

Às nove horas e vinte e oito minutos do primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois foi realizada a 6ª reunião virtual do Conselho de Administração do Fundo Municipal de Prevenção e Combate à Corrupção, com a participação da Controladora-Geral, Poliana Helena de Souza, a Controladora-Adjunta, Júnia Cecília Camargo de Oliveira, a Procuradora-Geral, Fabiana Pinheiro Gomes Alves, o 15º Promotor de Justiça da comarca de Uberaba, José Carlos Fernandes Júnior e dos seguintes membros: Michelle Paulina de Almeida (titular), Lídia Maia Toledo (titular), Eliane Helena Pacheco Policarpo (titular), Raquel Salge Silva Antunes (suplente), Lúcio Humberto Silva (suplente) e Ives Alberto Carvalho Costa (suplente). A reunião iniciou-se com a palavra da Controladora-Adjunta Júnia Cecília, que resumiu rapidamente a pauta, esclarecendo que houve dispensa da leitura da ata da reunião anterior e que foi apresentada a Prestação de Contas do Fundo, cujo saldo em conta corrente até 30 de abril era de R\$ 179.721,70 (cento e setenta e nove mil, setecentos e vinte e um reais e setenta centavos). Eliane Policarpo pontuou que a próxima prestação de contas será realizada com referência à conta do Banco do Brasil, bem como os dados da nova conta bancária serão remetidos para 15º Promotoria de Justiça para conhecimento. Informou que a prestação de contas será publicada no porta voz até o final do mês. Com relação ao Projeto do Prêmio SIG, a Controladora-Adjunta pontuou que um novo projeto será apresentado, sem vinculação com a regulamentação de artigo da Lei Complementar n. 499/2015 e que novas tratativas seriam iniciadas com Procuradora-Geral para que o Projeto seja apresentado na próxima reunião. Quanto ao Projeto de Modernização do Controle Interno, aprovado na reunião passada, esclareceu que a aquisição dos equipamentos está em fase de licitação. Ives sugeriu que as reuniões se realizem no início de cada mês, quando possível, pois assim seria mais fácil de realizar as prestações de contas, com o que todos concordaram, ficando definido que todas as reuniões ocorrerão no início do mês e que a próxima ocorrerá no dia 05 (cinco) de julho. A Controladora-Adjunta passou a apresentar um novo Projeto de Impressão de Material, esclarecendo que a Prefeitura tem um contrato de publicidade, mas encontra muitas dificuldades porque houveram muitos cortes orçamentários na Secretaria de Comunicação na parte da publicidade e materiais e no Controle Interno uma das nossas maiores funções que é de orientações dos servidores e divulgações de boas práticas, que depende de emissão de cartilhas. Informou que as cartilhas são disponibilizadas no site em formato virtual, mas seria interessante também disponibilizar essas cartilhas em formato impresso, pois muitos servidores, talvez grande parte deles, não têm acesso a essas cartilhas virtuais, mencionando, como exemplo, os trabalhadores que estão nos serviços operacionais, que com a cartilha impressa, a Controladoria poderia alcançar mais pessoas e conseguir multiplicar as informações. Aduziu a Controladoria-Geral fez o compromisso de reformular juntamente com a CGU e o Time Brasil a Cartilha do Código de Ética, para que seja mais didática, mais lúdica, para os servidores entenderem melhor e chamar mais a atenção deles, a intenção é refazer essas cartilhas e imprimir, já temos também uma cartilha da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, e também da Ouvidoria, porém não há verba para imprimir o material, não foi autorizado pela Comunicação para impressão utilizando o Contrato de Prestação em Serviços de Publicidade do Município. Informou que a equipe da Comissão de Conflito de Interesses também está criando uma cartilha que trata em parte sobre a prevenção do conflito de interesse na administração municipal, e que é de suma importância, pois eles irão começar um trabalho de conscientização e de orientação ao servidor no que se refere o Conflito de Interesse, mesmo essas cartilhas estando disponíveis virtualmente no site da Prefeitura Municipal de Uberaba, seria interessante, como mencionado, ter essas cartilhas física em mãos, pra que sejam distribuídas nas capacitações, por isso pleiteou recursos do Fundo. O Promotor de Justiça José Carlos Fernandes Júnior sugeriu, então, nesta questão de material, que



sabe da questão física, mas em relação a impressão é preciso pensar como se quer que as pessoas tenham acesso, que a tendência hoje é tudo ser digital, que não vão faltar pessoas questionando qual a razão de imprimir, em virtude de vivermos um momento de grande expansão tecnológica. Informou que seria importante verificar com o pessoal de TI, da CODIUB, a possibilidade de desenvolver ferramentas virtuais com valores mais acessíveis, que o servidor possa acessar, como a campanha do Ministério Público que, em virtude de vários golpes cibernéticos envolvendo aposentados, desenvolveu uma ferramenta que quando a vítima do golpe pesquisa no Google para saber como resolver, aparece no buscador como denunciar ao Ministério Público de Minas Gerais. Esclareceu que hoje existem uma infinidade de ferramentas tecnológicas, que são muito mais amplas, porém, com menor custo que a impressão, ou seja, o Ministério Público tem menos custo com essa ferramenta. Que dessa forma, o controle interno pode fazer com que as cartilhas sejam conhecidas com menor preço do que a impressão e com muito mais amplitude. Júnia informou que na prévia do projeto, além das cartilhas, prevê também material para o Curso sobre Processo Administrativo e Responsabilização, a ser ministrado por Auditor da Controladoria-Geral da União sem custo algum, nos dias 06, 07 e 08 de julho, com duração de 24 (vinte e quatro) horas, voltado um público alvo que serão os servidores de licitações, assessores jurídicos das secretarias, onde tramitam processos que eles tenham condições de identificar fraudes tanto no processo licitatório quanto nos termos de contratos, porque o que se observa muito recorrentemente são vários casos em que não só é necessário abrir processo sancionador relativo ao contrato, mas também é um caso de responsabilização pela Lei Federal n. 12.846 de 2013. Esclareceu que no Município falta aos agentes públicos municipais conhecimentos e capacitação quanto a aplicação da Lei Anticorrupção, motivo pelo qual é de suma importância a capacitação sobre Processo Administrativo e Responsabilização, Por fim, informou que o Controle Interno quer providenciar material para o curso, como crachás, pastas e canetas, lembrando que não terá nenhum custo trazendo esse profissional de grande gabarito disponibilizado pela CGU e acha que vale a pena o investimento, solicitou a deliberação de todos e pediu que, ainda que todo projeto não seja aprovado, que pelo menos a parte do curso seja, dizendo ser importante fazer um evento bem organizado, até pra incentivar melhor o servidor. Michelle perguntou se o curso será presencial ou online, sendo informada por Júnia de que o curso será na modalidade presencial. Fabiana esclareceu que a prestação de serviço de publicidade pelo contrato e pela Lei de publicidade, tem que fazer exclusivo por meio da agência, e na parte de serviços gráficos pode fazer uma contratação, mas tem que observar o tempo dessa contratação execução em tempo hábil. Júnia informou que o pessoal da Secretaria de Comunicação faria a arte do material, mas quem imprimiria seria a empresa de publicidade contratada do município. Dr. José Carlos questionou de quem esse projeto, esclarecendo Júnia que se trata de Projeto da Controladoria-Geral, oportunidade em que o Promotor de Justiça aduziu a importância de reformular o projeto, deixando claro que é um projeto de autoria da Controladoria, tendo como parceiros, a Secretaria de Comunicação que irá confeccionar toda arte, sendo o único custo externo a impressão da parte gráfica, falar da quantidade de material e o valor, deixando bem claro que o projeto não tem nada a ver com publicidade, que a questão é exclusivamente de impressão, porém, frisou que seria interessante também ter a informação no material sobre a contribuição do Fundo Municipal de Prevenção e Combate à Corrupção e da Controladoria-Geral da União. Com a palavra novamente, Júnia esclareceu que não haveria tempo hábil para trazer o Projeto apenas na próxima reunião, pois não daria tempo de organizar os materiais para o curso. O Dr. José Carlos sugeriu o agendamento de uma reunião extraordinária, até porque, não seria difícil, pois seria um projeto somente sobre o a impressão do material para o curso dos dias 06, 07 e 08 julho, ministrado pelo auditor da CGU, como o material não é de grande quantidade, poderia fazer uma aquisição limpa e transparente, obedecendo todas as regras das finanças públicas sem qual quer dificuldade, como o valor não é muito alto, poderia fazer compra direta. Na



oportunidade, ficou decidido pelo Conselho que a impressão de cartilhas seria excluída do Projeto, que permanecerá somente com a impressão do curso. Michelle questionou sobre como serão feitas as inscrições do curso. Júnia respondeu que pretendem convidar um público específico, como pessoas da Comissão Permanente de Licitação, Procuradores, Assessores Jurídicos, servidores de controle interno das indiretas, via e-mail, porque se abrir inscrições podem abrir precedente a outros servidores que não estão envolvidos diretamente no Processo de Responsabilização e que é preciso capacitar os servidores que lidam diariamente com possíveis fraudes em licitações. Dr. José Carlos aduziu que é importante também essa informação dentro do Projeto, dando mais transparência. Júnia informou que pretende falar com o pessoal da Comunicação se haverá possibilidade de transmissão via YouTube, possibilitando outras pessoas de assistirem o curso. Fabiana fala que no curso sobre a nova Lei de Licitação que filmaram e transformaram em podcast e que seria uma boa ideia. Fabiana lembra em trazer o Projeto para utilização de uma parte dos recursos do Fundo para as capacitações na implementação da nova Lei de Licitação, explicando que dentro da comissão estão fazendo vários trabalhos de levantamento da necessidade de regulamentação, então é importante trabalhar bastante em cima das capacitações de todos os servidores envolvidos nos processos licitatórios. Júnia pergunta se tem mais algum assunto a falar na reunião. Dr. José Carlos aproveita para informar que estão concorrendo ao prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público 2022, com o projeto 3 R's - Requisição Rápida e Responsável, dizendo ter várias novidades em breve. Michelle questiona Júnia sobre o projeto das viagens para participarem das reuniões técnicas do Conselho Nacional de Controle Interno, sendo esclarecida de que abriram mão de utilizar os recursos do Fundo para participarem das reuniões técnicas. A Por fim, aprovou-se a realização de reunião extraordinária para o dia 06/06/2022 às 09:00 horas, oportunidade em que serão discutidos os Projetos de Impressão do Material do Curso de Processo Administrativo de Responsabilização e de Capacitação para Implementação da Nova Lei de Licitações. Não havendo mais assuntos a serem tratados, deu-se por encerrada a reunião e eu, Júnia Cecília Camargo de Oliveira, Secretária Executiva, lavrei a presente ata para que produza seus efeitos legais.

Fabiana Pinheiro Gomes Alves
José Carlos Fernandes Júnior
Lídia Toledo Maia
Eliane Helena Pacheco Policarpo

Raquel Salge Silva Antunes
Júnia Cecília Camargo de Oliveira
Ives Alberto Carvalho Costa
Michelle Paulina de Almeida